

“BANCADA DA BALA”: UM ESTUDO DA COMPOSIÇÃO SOCIAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS ELEITOS(AS) EM 2018 E 2022

BULLET CAUCUS (“BANCADA DA BALA”): A STUDY OF ITS MEMBERS, SOCIAL BACKGROUND AND POLITICAL CAREERS OF LEGISLATORS ELECTED IN 2018 AND 2022

Maria Lúcia R. de Freitas Moritz¹

<https://orcid.org/0000-0003-3402-6543>

Letícia Bonella²

<https://orcid.org/0009-0007-4361-3383>



RESUMO

Os preocupantes índices da segurança pública e os discursos que prometem enfrentar a “desordem” têm forte apelo junto ao eleitorado brasileiro. Aproveitando-se desse cenário, cada vez mais profissionais vinculados aos órgãos da Segurança Pública se apresentam para a disputa eleitoral. O presente artigo busca analisar os(as) deputados(as) federais com este perfil, eleitos em 2018 e em 2022, e que compõem a chamada “Bancada da Bala”. O foco é analisar especificamente os(as) parlamentares que conquistaram seu primeiro mandato nas duas últimas eleições e que pertencem ao campo ideológico da direita, totalizando 48 nomes. A proposta é identificar a composição social e a trajetória política deste grupo, tendo em vista que são *outsiders* e ganharam espaço eleitoral a partir da demonização da política e do cenário de polarização advindo

¹ Graduada em Ciências Sociais, Mestra e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada IV no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFRGS. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM) e pesquisadora sobre a temática gênero e representação política. Email: maluciamor@gmail.com.

² Bacharela em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI Erechim), Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Residente jurídica na Defensoria Pública do Rio Grande do Sul. Colaboradora no Núcleo Interdisciplinar de estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM) e pesquisadora sobre a temática de gênero. Email: letibonella06@gmail.com.

da candidatura de Bolsonaro à Presidência da República. A escolha metodológica é qualitativa e os dados foram coletados junto aos arquivos eletrônicos do TSE, DIAP e Instituto Sou da Paz. Os resultados encontrados indicam que a maioria dos(as) “novatos(as)” é policial militar, filiada ao PSL e ao PL, e se elegeu pela região Sudeste, o que demonstra que a estratégia de explorar a origem profissional e associar suas campanhas eleitorais ao “capitão” foi bem-sucedida.

Palavras-chave: segurança pública; eleições 2018 e 2022; Câmara dos Deputados; direita; “bancada da bala”.

ABSTRACT

Public security policies are a source of worry and political speeches promising to face public ‘disorder’ strongly appeal to the Brazilian electorate. Taking advantage of such situation more and more politicians with backgrounds in law enforcement or the armed forces have been winning elections. This article aims at analysing those legislators (men and women) who have won seats in 2018 and 2022 and now form what is called the “bancada da bala, a ‘bullet caucus” seeking to bolster gun ownership. Our focus is to specifically analyse the legislators who won seats in the lower house of Congress for the first time in the last two elections, coming largely from right-wing political circles (a total of 48 names). It is proposed here to identify the social background and analyse the political career of these politicians taking into account they are outsiders who have conquered a place in politics after politics has been demonized and Jair Bolsonaro became a candidate for presidency. The methodology choice is qualitative and data was collected from TSE, DIAP and “Instituto Sou da Paz” electronic archives. The results found reveal that most of the newcomers are members of a State Police Force, members of the PSL and PL political parties and represent the Southeast region, which suggests the strategy for exploring professional background and connecting their electoral campaign with the “captain” was successful.

Keywords: public security; 2018 and 2022 elections; Chamber of Deputies; right; “Bullet Caucus”.

1 INTRODUÇÃO

A jovem democracia brasileira está sob ataque desde 2016, quando do golpe sofrido pela Presidenta Dilma, culminando com o evento orquestrado ocorrido no dia oito de janeiro de 2023, em Brasília. Desde lá, o Brasil tem vivido um período de incertezas, onde as regras ora são relativizadas, ora são violadas, especialmente envolvendo direitos das mulheres, da população

LGBTQIAPN+, das pessoas racializadas e daquelas pobres. Entre os dois episódios mencionados acima, ocorreu a eleição de 2018, que levou Jair Bolsonaro à Presidência da República. Os quatro anos de seu mandato foram marcados por arroubos antidemocráticos, como, por exemplo, ataque às instituições políticas, deslegitimando-as e inflamando sua base contra o sistema eleitoral brasileiro. Ao buscar a reeleição em 2022, tentou minar a confiança no processo eleitoral, lançando dúvidas sobre o mesmo. Inclusive, ameaçava usar um antídoto “fora das quatro linhas da Constituição”. Ou seja, o presidente estava agindo na contramão de uma democracia consolidada, em que a divisão dos poderes e a credibilidade das instituições são fundamentais.

Voltando ao ano de 2018, no rastro da candidatura de Bolsonaro, surgiram candidatos e candidatas identificados com sua figura, pleiteando cargos nos governos estaduais³, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional. Mesmo filiado a um pequeno e insignificante partido Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro teve palanque multipartidário nas principais cidades do Brasil, de norte a sul. Sua crescente popularidade trouxe à cena política um grande número de candidatos ligados à área da segurança pública. Isso ocorreu porque o discurso e a imagem política construídos por Bolsonaro fortaleceram a visibilidade desses profissionais, alinhados à sua narrativa e às propostas.

Candidaturas associadas ao “capitão”, especialmente ao Poder Legislativo, compartilham pontos em comum: originam-se no campo ideológico da direita/ultradireita, têm como bandeira o combate à desordem e exploram o “discurso do medo”. A implementação e o recrudescimento de medidas de segurança pública têm chamado a atenção da população brasileira e, cada vez mais, ganhado relevo nas discussões. A centralidade do tema tem demandado reivindicações envolvendo questões nessa área, tais como: aumento da repressividade e controle estatal da criminalidade, manutenção da ordem pública, expansão do policiamento, diminuição da maioria penal, construção de presídios e aumento de vagas no sistema carcerário, entre outras ações. Como se percebe, os motivos para o avanço das candidaturas e das pautas atreladas à segurança são os mais variados e têm relação com os índices da violência urbana e a sensação de medo dela decorrente. Isso coloca a população brasileira em estado de alerta frente a diversas práticas delitivas, cenário que acaba propiciando a ascensão de candidaturas que trazem maior enfoque aos problemas de falta de estrutura e financiamento estatal para as instituições encarregadas de manter a ordem e a segurança pública no país.

O cenário de (in)segurança pública no Brasil tem apresentado índices preocupantes, atingindo seu pico no ano de 2017, exigindo respostas governamentais por meio da implementação de políticas públicas para revertê-los. Nesse contexto específico, entendido como de ameaça ou desarranjo social, os discursos de combate à desordem costumam ter apelo junto ao eleitorado. Aproveitando-se dessa conjuntura, muitos representantes e candidatos/as a cargos eletivos têm intensificado discursos que vão ao encontro de uma parcela do eleitorado brasileiro, o qual

³ De acordo com o site Agência Brasil (2018), 15 dos 27 governadores declararam apoio a Bolsonaro no segundo turno das Eleições de 2018. Os estados de Rondônia, Roraima e Santa Catarina elegeram governantes do PSL, mesmo partido de Bolsonaro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-recebeu-apoio-de-15-dos-27-governadores-e-leitos>. Acesso em 27/01/2025.

demandas pelo aumento de medidas de segurança pública. Assim, as candidaturas que prometem enfrentar a “desordem” ganham espaço eleitoral. É o caso dos agentes das forças repressivas estatais, que utilizam a experiência profissional para obterem visibilidade e popularidade e, dessa forma, impulsionam suas candidaturas a mandatos eletivos por meio da confiança despertada junto ao eleitorado pela sua atuação profissional. Os candidatos/as eleitos/as com este perfil deram origem ao que ficou conhecido como “Bancada da Bala” no Congresso Nacional:

A Bancada da Bala é a representante política de um conjunto de ideias e atitudes, que se fundamentam na percepção de que o contexto social está marcado por uma crescente e constante insegurança e desordem pública radical. As experiências de violência – compartilhadas ou vivenciadas pelos indivíduos, em conjunto com os casos noticiados diariamente pelos meios de comunicação – alimentam e acabam por traçar os contornos desse diagnóstico. Haveria um excesso de liberdade e uma perda de autoridade das instituições, sustentada pela incapacidade das leis democráticas e do Estado de Direito de promover a ordem (Faganello, 2015, p. 150).

Tamanha foi a centralidade que o tema da segurança pública adquiriu junto ao eleitorado e à mídia que, durante a 55a legislatura (2015-2019), foi formada a “Frente Parlamentar da Segurança Pública” (FPSP), da qual fizeram parte 299 deputados dedicados a essa pauta. A Frente também é popularmente conhecida como “Bancada Policial” ou “Bancada da Bala”. A FPSP é pluripartidária e congrega membros de diversas Unidades da Federação e, no momento de sua formação, seu “núcleo duro” estava composto de 20 parlamentares⁴. Em legislaturas anteriores, já havia representantes dedicados à defesa dos interesses desta área, mas foi a partir dos parlamentares eleitos em 2014 que a Frente se formalizou, constituindo-se em uma “novidade” e agindo de forma coordenada. De acordo com Quadros e Madeira (2018, p. 505), “policiais e militares se convertem em deputados a fim de labutar pela preservação de valores/interesses comuns, freando pautas ordinariamente suscitadas por grupos de direitos humanos (e progressistas de um modo geral)”.

A “Bancada da Bala” pode assumir configurações distintas na sua composição. Ora é composta de um grupo de parlamentares em função dos vínculos profissionais, ora em função das agendas defendidas. Geralmente, o ponto em comum entre seus membros é a defesa de pautas voltadas para a Segurança Pública. Embora 299 parlamentares tenham feito parte da formação da FPSP, para fins do presente trabalho, estamos fazendo um recorte a partir de dois critérios: (1) vínculo profissional com a área da segurança pública⁵ e (2) filiação a partidos de direita no momento da eleição. Com base nesses quesitos, identificamos 74 nomes, sendo 34 eleitos em 2018 e 40 em 2022. Estamos cientes da controvérsia em torno do enquadramento ideológico dos partidos políticos brasileiros. No entanto, assumimos o risco e adotamos a mesma classificação de Codato, Berlatto, Bolognesi (2018). De acordo com essa catalogação, as seguintes legendas

⁴ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/442590-nova-bancada-da-seguranca-defendera-temas-como-reducao-da-maioridade-penal/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

⁵ Estão sendo considerados os vínculos profissionais com a Polícia Civil (estadual e federal), Polícia Militar (incluso bombeiros) e Forças Armadas.

são consideradas do campo da direita: DEM/União Brasil⁶, Novo, PEN/Patriota, PL, PP, PR, PRB/Republicanos⁷, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSDC/DC, PSL/UB, PTB, PTdoB/AVANTE, PTC/Agir⁸, PTN/Podemos⁹ e Solidariedade. Embora o PROS não seja classificado como um partido de direita pelos referidos autores, estamos posicionando-o nesse espectro ideológico, uma vez que esta sigla apresentou um alinhamento de 80% nas votações do Congresso Nacional pró-governo Bolsonaro, orientação esta que foi reforçada pela sua incorporação ao Solidariedade em 2022. O fortalecimento político das direitas no Brasil e seus novos sentidos/configurações (direita tradicional, novas direitas, ultradireita) serão abordados na próxima seção.

Nas duas últimas eleições gerais brasileiras, observou-se o crescimento de candidaturas do campo da direita, que moldaram seus discursos em torno de temas como a contenção da criminalidade e da violência, e o aumento da repressividade das medidas de segurança pública. Como explica Gallego (2018), houve a militarização da política e da vida, marcada pela construção da dualidade entre o “inimigo interno” e o “cidadão de bem”. Essa dinâmica se dá em um contexto no qual a arquitetura estatal e a sociedade são racistas, patriarcas e genocidas, que instrumentalizam o medo como controle. Nas palavras da autora,

Ao longo destes últimos anos, o campo progressista assistiu perplexo, atrapalhado e inativo à reorganização e ao fortalecimento político das direitas. “Direitas”, “novas direitas”, “onda conservadora”, “fascismo”, “reacionismo”... Uma variedade de conceitos e sentidos para um fenômeno que é indiscutível protagonista nos cenários nacional e internacional de hoje: a reorganização neoconservadora que, em não poucas ocasiões, deriva em posturas autoritárias e antidemocráticas (Gallego, 2018, p. 8).

Diante do crescimento no número de candidaturas oriundas da segurança pública, o presente artigo tem por objetivo analisar a origem social e a trajetória política dos homens e das mulheres com vínculos profissionais nessa área, filiados a partidos da direita/ultradireita, que se elegeram pela primeira vez para a Câmara dos Deputados em 2018 e em 2022. Ou seja, nosso corpus analítico tem como foco os chamados “novatos”, os quais se aproveitaram da conjuntura política polarizada e da ascensão de Bolsonaro para viabilizar suas candidaturas, já que muitos destes eleitos eram seus apoiadores e associaram suas candidaturas à imagem do “capitão”, destacando a proximidade da pauta em defesa da segurança pública.

Este grupo de parlamentares “novatos”, pertencentes à “Bancada da Bala”, totaliza 48 nomes. A fim de identificá-los, foram utilizados dados compilados pelo Diap¹⁰ e pelo Instituto Sou da Paz¹¹. Para determinar se a(o) candidata(o) possuía vínculo profissional com órgãos de

6 Em outubro de 2021 houve a fusão entre Democratas e PSL, surgindo o União Brasil/UB.

7 Em 2019 o PRB mudou de nome para REPUBLICANOS.

8 Em 2022 o Partido Trabalhista Cristão muda de nome e assume a denominação AGIR.

9 Em 2016 o Partido Trabalhista Nacional passa a se chamar PODEMOS. Em 2018 incorporou o Partido Humanista Social/PHS e em 2023 houve uma nova incorporação, Partido Social Cristão/PSC.

10 Disponível em:<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/88899-eleicoes-2018-bancada-linha-dura-da-seguranca-publica-cresce-na-camara-e-no-senado>. Acesso em: 01 fev. 2025.

11 Disponível em:<https://soudapaz.org/noticias/g1-conheca-a-nova-bancada-da-bala-57-deputados-estaduais-44-federais-e-2-sena-dores-eleitos-vieram-das-forcas-de-seguranca-diz-instituto/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

segurança pública, considerou-se a profissão declarada em seu registro de candidatura junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As profissões incluídas nessa análise foram: Bombeiro Civil e Militar, Policiais Civil e Militar e Membros das Forças Armadas¹². Com o intuito de reforçar a identidade política dos membros da “Bancada da Bala”, também foram analisados seus nomes “de urna” ou “de registro”. Dessa forma, o vínculo profissional foi cotejado com as patentes registradas para a disputa eleitoral, a fim de evidenciar a associação entre sua trajetória profissional e sua identidade política.

Antes de avançarmos, devemos esclarecer que estabelecemos duas subcategorias entre os “novatos”, para fins da presente análise. A primeira é composta daquelas(es) que, antes das eleições de 2018 e de 2022, não possuíam nenhuma passagem pela política institucional, seja concorrendo ou exercendo cargos eletivos. O segundo subgrupo é formado por aqueles(as) que possuíam alguma vivência política anterior, isto é, já haviam disputado eleições anteriores ou já haviam conquistado algum cargo eletivo previamente à sua chegada na Câmara dos Deputados¹³.

Em função da conjuntura política polarizada e da demonização da política desencadeada pela Operação Lava-Jato, partimos da premissa de que este conjunto específico de “novatos” usufruiu deste contexto e encontrou aí uma “janela de oportunidade” para ingressar no campo da política institucional. Isto é, por causa da falta de capital político e da pouca (ou nenhuma) vivência eleitoral prévia à sua estreia na Câmara dos Deputados, estes eleitos precisaram achar caminhos para chamar a atenção do eleitorado e potencializar sua chance de vitória. Para viabilizá-la, utilizaram seu vínculo profissional e associaram suas campanhas diretamente ao candidato Bolsonaro.

Além desta introdução, o artigo está dividido em mais duas seções. Na primeira, vamos debater as definições conceituais, em especial, o enquadramento ideológico direita/ultradireita, bem como discutir a expansão do neoconservadorismo na última década, fenômeno que potencializou o crescimento deste perfil de candidaturas. Na seção seguinte, resgataremos a composição social e analisaremos a trajetória política dos 48 homens e mulheres vinculados profissionalmente à área da segurança pública, eleitos em 2018 e em 2022, buscando identificar qual foi o percurso percorrido pelos “novatos” até chegarem à Câmara dos Deputados e quais são seus pontos de aproximação. Encerramos com as considerações finais.

2 DEFINIÇÃO CONCEITUAL: NEOCONSERVADORISMO, DESDEMOCRATIZAÇÃO E SIGNIFICADOS DA DIREITA

As disputas eleitorais de 2018 e 2022 apresentaram um aumento no número de eleitos vinculados à segurança pública. Para entender tal crescimento, é necessário debruçar-se sobre

12 Em alguns registros, foram declaradas outras profissões, como “servidor público”, “advogado”, “médico”, “deputado” ou “vereador”.

13 Para a obtenção destas informações recorremos ao banco de dados do TSE sobre antigas candidaturas. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/eleicao>. Acesso em: 20 jan. 2025.

a expansão do neoconservadorismo na política brasileira na última década. Para isso, é preciso elucidar a ressignificação dos conservadorismos na sociedade brasileira. Vaggione, Machado e Biroli (2020) atualizam esse conceito e adotam o termo “neoconservadorismo”, esclarecendo que,

Esse termo foi formulado inicialmente nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, para descrever as reações de intelectuais conservadores dos anos 1970 aos movimentos de contracultura. A partir de então, seria utilizado não apenas para descrever o modo como as ideologias conservadoras se definiram no contexto estadunidense, mas para lançar luz sobre os tipos de coalizões políticas estabelecidas entre diferentes atores - religiosos e não religiosos - visando manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista, expressando-se com força no contexto latino-americano. Conceitualmente, permitiu uma aproximação entre conservadorismo cristão e individualismo liberal, assim como entre antipluralismo e neoliberalismo (Vaggione; Machado; Biroli, 2020, p. 27).

Esse cenário neoconservador é observado como uma crescente onda na política latino-americana. Segundo Vaggione (2020), esse fenômeno está localizado em uma temporalidade política específica, demarcada por conquistas importantes nas esferas legais, advindas dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, como, por exemplo, a expansão do acesso ao aborto, o reconhecimento de casamentos homoafetivos e a legislação sobre a identidade de gênero. Frente a tais acontecimentos surgiram, de forma não intencional, rearticulações mediante estratégias, discursos e atores renovados no campo conservador.

A rearticulação neoconservadora se fez presente tanto nas eleições de 2018, quanto no pleito de 2022, quando houve um aumento expressivo de candidaturas cujos discursos centravam-se em valores morais, como a defesa da família, da religião, dos bons costumes e dos “cidadãos de bem”. Essas “bandeiras” foram assumidas e evidenciadas por diversos atores políticos, inclusive, por algumas candidaturas advindas da segurança pública. O que se viu, em especial na figura de Bolsonaro e de seus apoiadores, foi que:

Ao menos desde junho de 2013, intensificaram-se as ações de militarização da vida e da política, ações essas que foram fortalecidas com o golpe de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff. Isso ocorre por meio da lógica, própria ao período da ditadura militar, da produção do inimigo interno às relações sociais, o qual é caracterizado como ameaça à ordem e à paz (Tele, 2018, p. 78).

Biroli (2017) enfatiza que, desde a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, houve a ampliação do reacionarismo, tanto no ambiente político, como na sociedade brasileira. A autora salienta que estava em curso a promoção de códigos morais conservadores, por meio de vários grupos sociais que apostam na reação às transformações nos padrões conjugais, afetivos e sexuais por algumas camadas da população. Aproveitando-se desse ambiente, os atores reacionários repetem discursos contra o esquerdismo, o comunismo, os radicalismos feministas, o movimento LGBTQIA+ e os movimentos negros, opondo-se a projetos de orientação socialista, igualitários e de reconhecimento das diferenças, combatendo, assim, um patamar civilizatório e de pluralidade nas sociedades complexas:

[...] consolidaram-se setores que, em defesa de princípios como a vida, a família ou a liberdade de crença, constituem uma frente conservadora cuja presença se intensificou nos últimos anos.

Observa-se em todo o continente a conformação de mobilizações e alianças políticas que têm como um de seus propósitos a restauração de uma ordem moral ameaçada. A consolidação do conservadorismo moral - o neoconservadorismo [...] - impactou a região de formas e com intensidade variadas (Vaggione, 2020, p. 54).

A “onda neoconservadora” propiciou o surgimento e deu abrigo a candidaturas ligadas ao campo ideológico da direita e do segmento da ultradireita. É nesta esteira que candidatas e candidatos vinculados profissionalmente aos órgãos da segurança pública se apresentam para a disputa eleitoral e encontram uma “trilha de oportunidade” para acessar o campo da representação política. Este perfil de candidatura cresceu na última década e, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP): “o número de policiais candidatos nas eleições gerais do Brasil cresceu 28,5% em relação às eleições de 2018. Em 2022, serão 1.888 candidatos oriundos das forças de segurança pública e defesa ante 1.469 em 2018” (FBSP, 2022). A maioria dessas candidaturas foi lançada por partidos da direita extremada. Por exemplo: 28 dos 48 eleitos(as) que fazem parte do nosso recorte analítico eram filiados ao PSL e ao PL. Ou seja, foram candidaturas que vieram no rastro da ascensão do bolsonarismo e estavam “coladas” na figura do “capitão” durante suas campanhas eleitorais.

A expansão do campo da direita já vinha ocorrendo nos anos 2000, e o resultado saído das urnas para o Congresso Nacional em 2010 e em 2014 aponta nessa direção, sinalizando uma reacomodação na correlação de forças e uma mudança no perfil dos deputados e dos senadores eleitos. Quadros e Madeira confirmam a alteração no viés ideológico dos parlamentares eleitos em 2014:

defensores de valores cristãos, da preservação do status quo nas zonas rurais e do incremento da repressão à criminalidade passaram a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro (a chamada “bancada BBB” – Bíblia, Boi e Bala), ao passo que bancadas simpáticas às pautas “progressistas” sofreram sensível redução” (Quadros; Madeira, 2018, p. 492).

O desagrado com as sucessivas vitórias de Lula e de Dilma à Presidência da República, entre 2002 e 2014, e a repulsa às políticas públicas de caráter redistributivista implementadas por esses governos, instigou a formação de um eleitorado antipetista, o que fez com que “direitistas” se movimentassem no tabuleiro do jogo político, reorganizando-se. Suas lideranças passaram a reagir às pautas consideradas progressistas e se tornaram porta-vozes “na defesa de valores tradicionais ordinariamente associados às direitas de raiz conservadora” (Quadros; Madeira, 2018, p. 489).

Importante destacar que o campo ideológico da direita não pode ser visto como homogêneo e ele apresenta diferenciação interna quanto aos programas partidários e às pautas defendidas. De acordo com Borges (2024), a atual direita brasileira é muito distinta daquela existente na década de 90; e, nos anos 2000, surgiu uma “nova direita” como reação aos governos petistas e “possu[i] vínculos relevantes com movimentos e organizações da sociedade e/ou [busca] mobilizar demandas desses mesmos grupos sociais” (Borges, 2024, p. 2). Enquanto a direita tradicional tem raízes na ditadura e tem como marca o clientelismo, a “nova direita” brasileira é formada por dois grandes segmentos: um ligado às denominações evangélicas e outro associado “à onda

antissistema e antipartido impulsionada pela operação Lava Jato e pela crise econômica no segundo governo Dilma Rousseff" (Borges, 2024, p. 2). Partidos como PSL, Novo e Podemos, por exemplo, são enquadrados pelo pesquisador nesta segunda vertente. Para ele, o segmento da "direita antipolítica" é um divisor de águas no campo conservador, pois este grupo assume posições anti-establishment, postura que até então não estava presente neste espectro ideológico. O autor salienta ainda que,

Dentro dessa vertente da direita, no entanto, há diferenças importantes, pois a ultradireita, organizada em torno do ex-presidente Bolsonaro, se situa numa zona cinzenta entre o radicalismo de direita e o extremismo, haja vista a colaboração entre o braço institucional e parlamentar do bolsonarismo e grupos abertamente golpistas (Borges, 2024, p. 20).

Gallego (2018) afirma que, ao longo dos últimos anos, ocorreu a reorganização e o fortalecimento político das direitas, cujo fenômeno recebeu uma variedade de etiquetas e de sentidos (direitas, novas direitas, onda conservadora, fascismo, reacionismo) e que é, indiscutivelmente, protagonista, tanto nacional como internacionalmente, da reorganização neoconservadora que, em muitas ocasiões, advém de posturas autoritárias e antidemocráticas. Além disso, aponta que, na América Latina e no Brasil, o cenário global de recessão democrática culminou na ascensão da "nova direita", que possui duas características principais: ataques ao Estado garantidor de direitos civis e humanos e a obsessão por questões culturais.

Graças à visibilidade que obteve, fruto tanto de uma utilização competente das novas ferramentas tecnológicas quanto pelo espaço concedido nos meios de comunicação tradicionais, a direita extrema, em suas diferentes vertentes, contribuiu para redefinir os termos do debate público no Brasil, destruindo consensos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar. Ainda que aparecessem vozes dissidentes e que os compromissos muitas vezes fossem apenas de fachada, o discurso político aceitável incluía a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social. De maneira geral, a partir da Constituição de 1988, a disputa política no Brasil ocorria num terreno demarcado pelo discurso dos direitos, que se tornara amplamente hegemônico. A mobilização da direita rompeu com isso (Miguel, 2018b, p. 20-21).

O caminho tomado pela política brasileira, desde o golpe que levou ao impeachment de Dilma em 2016 e a eleição de Bolsonaro em 2018, evidencia a ruptura do pacto constitucional construído com tanto esforço após a Ditadura Militar. Esse cenário de instabilidade democrática leva a um processo de desdemocratização:

O golpe de 2016 se dá por dentro da Constituição e da institucionalidade vigente, o que é algo comum a processos contemporâneos de retração democrática. A lei é torcida para gerar o resultado desejado, que afronta os princípios democráticos mais básicos. Mantém-se uma casca cada vez mais tênue de respeito à democracia, mas os grupos mais poderosos tutelam as decisões, limitando a ação possível dos governantes eleitos e mesmo, quando necessário, destituindo-os. É o que vem sendo chamado de "desdemocratização" ou "pós-democracia" (Miguel, 2018a, n.p.).

Como elucida Miguel (2022), a democracia nasce como resultado dos conflitos sociais, por pressão de grupos dominados, bem como ela também produz o novo espaço onde eles ocorrem. Nesse sentido, o Estado retrata as relações de força presentes na sociedade. O autor evidencia que

Essa tensão entre igualdade e desigualdade, que é constitutiva da democracia, se refere às clivagens de classe e de riqueza, mas não só. No caso brasileiro, por exemplo, a derrubada de Dilma Rousseff contou com inegável reforço de um discurso misógino e a sensação de “ameaça”, dados os avanços da presença de mulheres, de negras e negros e da comunidade LGBT, também desempenhou papel relevante na mobilização em favor do golpe (Miguel, 2022, n.p.).

De acordo com o autor, a desdemocratização está ligada à gradativa redução do espaço destinado às decisões embasadas na soberania popular, bem como à imposição da ortodoxia neoliberal, com as políticas associadas a ela, as quais dificilmente seriam sustentadas pela preferência majoritária da população, uma vez que consistem em transferir renda de trabalhadores e pensionistas para especuladores e rentistas. Dessa forma, “A desdemocratização, assim, está ligada à perda da capacidade de resistência da classe trabalhadora e de outros grupos dominados [...] (Miguel, 2022, n.p.)”.

É nesse cenário que se sobressaem os extremistas, catalogados como “populistas de direita”, os quais estimulam o pânico moral, desvelado contra migrantes, socialistas, ambientalistas, feministas, LGBTs e outros, desviando a disputa política para o antagonismo cego e irracional (Miguel, 2021). Conforme destaca o autor,

O desarranjo político que vivemos, portanto, só pode ser compreendido à luz da desdemocratização que não é um acaso, mas o projeto das classes dominantes no momento, quando julgam poder se desembaraçar dos custos da democracia, que exige concessões às maiorias. No caso dos países da periferia do mundo capitalista, onde a democracia liberal sempre foi mais frágil e o Estado de bem-estar mais capenga, a violência da desdemocratização é muito mais explosiva. É o que vemos no Brasil (Miguel, 2021, n.p.).

O Fórum de Segurança Pública (2022) salienta que, para entender o crescimento da participação política de agentes das forças repressivas, é preciso levar em consideração múltiplos movimentos no campo da segurança pública. Um exemplo disso é a construção de uma narrativa, que tem resumido a política à guerra contra o mal, na qual os policiais são vistos como guerreiros, com o dever de reconstruir a ordem, a moral e os bons costumes.

Observa-se, assim, a intensa circulação e popularidade eleitoral de discursos que mobilizam sentimentos de insegurança e indignação da população em relação ao crime e à violência, em sentidos que advogam formas autoritárias de controle social, exaltam a violência estatal e formas de “justiça privada” e fomentam hostilidades sociais contra determinados grupos (Novello; Alvarez, 2022, p. 87).

Assim, os profissionais das instituições de segurança pública se veem como injustiçados e desvalorizados pelos “governos de esquerda”, que defendem a promoção e a garantia dos direitos humanos para todas as pessoas, sem qualquer distinção, o que não é bem visto pelas categorias policiais. Essas ideias levam à militarização da política e da vida, na qual há a produção de uma

dinâmica dualista entre “inimigo interno” versus “cidadão de bem”, criada a partir de um Estado e de uma sociedade de indivíduos racistas e patriarcais que instrumentalizam o medo como tecnologia de controle (Gallego, 2018).

É neste contexto político e social que os profissionais da segurança pública encontraram motivação para ingressar na carreira política, pois o avanço do neoconservadorismo e do processo desdemocratizador são peças-chave para a expansão destas candidaturas. O crescimento desse perfil de candidatos(as), associado a essa conjuntura específica, permitiu a emergência de pautas eleitorais voltadas para o resguardo da moralidade, a restauração da lei e o restabelecimento da ordem. A emergência dessas temáticas vai ao encontro das agendas defendidas pelos partidos da ultradireita, tal como PSL e PL, legendas essas que mais deram abrigo às candidaturas vinculadas aos órgãos da segurança pública, tanto em 2018 como em 2022. Na próxima seção, vamos analisar quem são e os caminhos percorridos pelos(as) eleitos(as) advindos(as) das forças repressivas.

3 QUANDO A “FARDA” SOBE NO PALANQUE ELEITORAL: COMPOSIÇÃO SOCIAL E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DOS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS ELEITOS(AS) EM 2018 E EM 2022

Como já destacado anteriormente, a Frente Parlamentar da Segurança Pública foi formalizada apenas na legislatura iniciada em 2015, porém em eleições anteriores já haviam sido eleitos políticos com apelos eleitorais voltados para pautas “justiceiras”, que pregavam a valorização e a defesa da família, da moral e dos bons costumes. Por esse motivo, muitos candidatos a cargos eletivos e representantes têm intensificado discursos que vão ao encontro de uma fração do eleitorado brasileiro que propaga um moralismo comportamental e acolhe clamores por mais medidas repressivas na área da segurança pública. Ao analisar as candidaturas de policiais federais à Câmara dos Deputados, Pilau e Engelmann (2024) refletem sobre como, nos últimos anos, se fortaleceu na política nacional uma expansão da linguagem policial, engajada a discursos alinhados com uma lógica punitiva-moralizante, a qual reestrutura e moderniza uma perspectiva social conservadora em consonância com a bancada evangélica e outras Frentes Parlamentares existentes no Congresso Nacional, como, por exemplo: FP Católica Apostólica Romana, FP em Defesa da Vida e da Família, FP Evangélica, entre outras.

Aproveitando-se dessa conjuntura, muitos agentes das forças repressivas estatais utilizam sua experiência profissional e apresentam-se para a disputa eleitoral. A imagem adquirida pelo exercício do seu ofício proporciona visibilidade e popularidade a estas candidaturas, impulsionando-as, à medida que

A experiência profissional dos agentes públicos incumbidos da segurança é um recurso social facilmente instrumentalizável durante as campanhas, uma vez que demandas nesse campo tendem, em geral, para o reforço e/ou a ampliação das formas mais repressivas de controle social (Berlatto; Codato; Bolognesi, 2016, p. 80).

Ao analisar as candidaturas de profissionais da Segurança Pública, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) explica que

O foco político dos candidatos ligados à segurança pública desloca-se para a defesa da ideia de enfraquecimento das travas legais impostas aos policiais e para a liberdade de eles próprios determinarem a legitimidade da narrativa e das ações que estruturam as representações sociais acerca dos rumos e sentidos das políticas de segurança pública e de administração de conflitos de uma sociedade – a exemplo da defesa por parte de Jair Bolsonaro da ampliação da excludente de ilicitude para todas as mortes decorrentes de intervenção policial, independentemente de investigação sobre a legitimidade dos fatos geradores de tais mortes e o controle da legalidade feito pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário. As polícias estão, cada vez mais, buscando ganhar autonomia em relação aos controles civis que, na prática, já as controlavam apenas excepcionalmente nas últimas décadas, em uma arquitetura institucional que fortalece a figura do presidente da República. Isso é ainda mais sensível em momentos em que líderes populistas e autoritários, como Jair Bolsonaro, ocupam tal cargo (FBSP, 2022, p. 5).

Como discutido anteriormente, o crescimento numérico deste perfil de candidaturas remonta à teia política que veio sendo tecida desde as “jornadas de 2013”, passando pela Operação Lava-Jato, pelo golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff e que culminou com a vitória de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018. O amálgama ideológico que ajudou a cimentar estes episódios foi o neoconservadorismo, cujo avanço disseminou questões relacionadas à moralidade, à família tradicional brasileira, ao combate à criminalidade urbana, entre outros temas afins. Dessa forma, estavam preparadas as condições para o lançamento de candidatos(as) vinculados(as) ao campo da direita voltados à defesa dessas pautas. Assim, as candidaturas daqueles oriundos dos órgãos da segurança pública no cenário eleitoral têm sua presença consolidada, os quais vão instrumentalizar politicamente sua identidade profissional.

No pleito de 2018, as 19 legendas da direita conquistaram 57% do plenário da Câmara dos Deputados, demonstrando sua força eleitoral e sua expansão política. O quase desconhecido PSL, além de ter levado seu candidato à Presidência da República, elegeu 52 parlamentares, formando a segunda maior bancada. A guinada à direita na política brasileira era um fato, com a direita se reposicionando e o segmento partidário mais extremado chegando ao mais alto cargo do Executivo nacional. No rastro da vitória de Bolsonaro, a “Bancada Policial” conseguiu eleger 40 representantes, a maioria filiada ao PSL (20) e um pequeno número (6) vinculado ao MDB, ao PDT e ao PPS. Os 40 componentes dessa bancada, apesar do viés ideológico, têm a mesma origem profissional, a maioria pertence à Polícia Militar e ao Exército. A estratégia eleitoral dos candidatos/as “da farda” (de direita) em associar suas campanhas à figura do “capitão” foi bem sucedida e tem lastro na defesa da pauta punitivo-moralizante que os aproxima. De acordo com Duarte:

Ao longo das quase três décadas em que atuou em mandatos parlamentares, sempre adotou posturas reacionárias e ideologizantes em torno de pautas morais, tendências fascizantes, disseminação de discursos de ódio contra minorias sociopolíticas e defesa sistemática da ditadura militar. Sua identificação com o militarismo decorre da sua própria passagem pelo exército, de onde deriva a fidelidade eleitoral dos militares e seus familiares para com os bolsonaros, pela defesa de interesses corporativos das tropas em torno de salários e outros direitos (Duarte, 2023, p. 10).

Quando analisamos especificamente os 26 “novatos” eleitos para a 56a Legislatura (2019-2023) constatamos que eles estão distribuídos entre nove partidos¹⁴ do campo da direita e, novamente, se concentram no PSL (18). No grupo de estreantes da “Bancada da Bala”, há apenas duas mulheres, Fabiana de Souza e Katia Sastre, ambas policiais militares. A primeira é filiada ao mesmo partido de Bolsonaro e foi eleita pelo Rio de Janeiro, já a outra, é vinculada ao PR de São Paulo. Tanto uma como a outra registraram seu nome de urna explorando seu pertencimento profissional, “Major Fabiana” e “Policial Katia” foram os codinomes adotados para se apresentarem ao eleitorado. O uso do vínculo profissional como identidade política também é um estratagema eleitoral utilizado pelos homens. Os cargos mais frequentes que aparecem entre eles são: capitão, delegado e sargento. Já as instituições às quais estão ligados em maior número são: Polícia Militar, Exército e Polícia Federal (PF e PRF).

Dentre os “novatos” eleitos em 2018, treze são policiais (militares ou civis) e seus perfis convergem e exemplificam o que estamos destacando. É o caso do “Delegado Pablo”, eleito pelo PSL do Amazonas. Eleito aos 42 anos, fez carreira na Polícia Federal e ganhou notoriedade ao comandar operações de combate ao tráfico de drogas e ao investigar crimes contra a administração pública/corrupção. Sua agenda é a defesa da segurança pública, tendo em vista sua experiência no combate ao crime organizado, além da valorização da família tradicional. Desde 2017 apoiava abertamente Bolsonaro e suas pautas, sendo muito identificado com o lema bolsonarista “Deus, Pátria, Família e Liberdade”. Suas bandeiras conservadoras levaram o “Delegado Pablo” a obter mais de 150 mil votos, tornando-se assim, uma liderança deste segmento na capital amazonense. A proximidade com as ideias de Bolsonaro fez com que ele se tornasse vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados. Quando o presidente rompeu com o PSL, o “Delegado Pablo” não o acompanhou e se filiou ao recém criado União Brasil, partido pelo qual se recandidatou ao cargo em 2022, porém, sem o apoio eleitoral de Bolsonaro, não conseguiu se reeleger. De volta ao mesmo partido do ex-presidente (PL), em 2024 se candidata a vereador em Manaus e se apresenta como o “vereador de Bolsonaro”. Mesmo tendo Jair Bolsonaro como seu cabo eleitoral, fracassa nas urnas e fica como primeiro suplente.

A origem regional dos estreantes na Câmara dos Deputados é outro aspecto que reforça nosso argumento sobre a associação da campanha dos “novatos” com a figura de Bolsonaro. Quinze deles foram eleitos pelo Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, mesmas bases eleitorais da família Bolsonaro. Como já mencionado, usar a patente profissional e associar-se à imagem do referido candidato foi uma espécie de “atalho” de que os(as) candidatos(as) em primeiro mandato lançaram mão na disputa eleitoral, basicamente por serem *outsiders* e desprovidos de capital político. A maioria dos 34 “novatos” se encontra em duas faixas etárias: entre 40 e 49 anos (9) e entre 30 e 39 anos (8).

¹⁴ Além do PSL, Avante, Patriotas, Podemos, Progressistas, PR, PRB, PROS e PSD elegeram deputados vinculados às forças de segurança oficiais.

Entre uma eleição nacional e outra, Bolsonaro rompe com o PSL¹⁵ e se recandidata à Presidência da República por outro partido (PL). Ao sair do Partido Social Liberal no final de 2019, pelo menos 34 deputados e deputadas federais acompanharam o presidente e migraram com ele para o PL, um terço deles fazia parte da “Bancada da Bala”. Neste intervalo temporal o tabuleiro partidário se movimenta mais uma vez e ocorre a fusão entre o DEM/Democratas e o PSL, surgindo, em outubro de 2021, a sigla União Brasil (UB). Na eleição de 2022, mesmo sendo derrotado no pleito presidencial, o novo partido de Bolsonaro (PL) consegue eleger a maior bancada na Câmara dos Deputados (99 parlamentares) e o UB forma a terceira maior bancada (59). Com o encerramento da contagem dos votos se percebe o avanço da ultradireita não só no Congresso Nacional, mas também nas Assembleias estaduais, onde, por exemplo, o PL aumentou em 200% sua representação¹⁶.

Se em 2018 a “Bancada da Bala” elegeu 40 parlamentares da área da segurança pública, em 2022 ela teve um pequeno crescimento, passando para 42. Porém, a maior diferença entre um pleito e outro é que quase todos(as) os(as) eleitos(as) nesta última eleição pertencem aos partidos de direita/ultradireita, sendo exceção dois deputados do MDB¹⁷. Ou seja, o campo ideológico da direita tem o domínio da “Bancada da Bala”. Outra diferenciação diz respeito ao fato de que o número de parlamentares reeleitos mais que dobrou, passando de oito para 18¹⁸ entre uma eleição e a seguinte.

Em 2022, oito partidos elegeram representantes “da farda” mas, novamente, a concentração deles está no partido de Bolsonaro. Contudo, se há quatro anos o PSL detinha sozinho dois terços dos(das) deputados(as) federais desta “Bancada”, agora encolheu e detém 45%. Mesmo sendo o partido que mais elegeu policiais, houve uma pulverização na composição partidária deste agrupamento, comparado com o ano de 2018. O PL elegeu dez, o UB quatro e o PP três deputados federais, os demais partidos - AVANTE, Patriotas, Podemos, PSD e Republicanos - elegeram apenas um parlamentar cada.

As duas mulheres da PM pertencentes à “Bancada da Bala” que se elegeram deputadas em 2018 se recandidataram em 2022, mas não conseguiram um novo mandato. Porém, outras três estreantes conquistaram vaga para o Legislativo, a “Delegada Ione” (AVANTE/SP) e a “Delegada Katarina” (PSD/SE), ambas oriundas da Polícia Civil, e a “Coronel Fernanda” (PL/MT), vinculada à Polícia Militar¹⁹. Além de serem policiais, outro ponto em comum entre elas foi o uso de sua

15 Disponível em:<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/veja-quem-sao-os-34-deputados-aliados-de-bolsonaro-na-saida-do-psl/>. Acesso em 24 fev. 2025.

16 Disponível em:<https://www.poder360.com.br/brasil/pl-pt-e-uniao-elegeram-mais-deputados-estaduais-leia-a-lista/>. Acesso em 25 fev. 2025.

17 Delegado Palumbo/SP e Thiago Flores/RO.

18 Sargento Isidório (Avante); Dr. Frederico (Patriota); Capitão Alberto Neto (PL); Capitão Augusto (PL); Capitão Derrite (PL); Coronel Chrisóstomo (PL); Delegado Caveira (PL); Delegado Éder Mauro (PL); Eduardo Bolsonaro (PL); General Girão (PL); Hélio Fernando; Barbosa Lopes (PL); José Medeiros (PL); Júnior Amaral (PL); Sanderson (PL); Da Vitória (PP); Sargento Fahur (PSD); Delegado Marcelo Freitas (UB); Nicoletti (UB).

19 Nomes completos das deputadas: Ione Maria Moreira Dias Barbosa, Katarina Feitoza Lima Santana e Rubia Fernanda Santos de Siqueira. A “Bancada Feminina da Bala” elegeu mais uma representante em 2022, “Delegada Adriana Accorsi”, filiada ao PT e por isso excluída da presente análise.

patente no nome de urna. Dos 22 deputados federais “novatos” eleitos em 2022, 16 são policiais (civil ou militar) e oito usaram seu cargo de “delegado” para se apresentarem ao eleitorado²⁰. Os órgãos de Segurança Pública que aparecem com mais frequência entre o grupo dos “novatos” foram Polícia Militar (9) e Polícia Civil (7). O principal crescimento foi de membros provenientes da PM: em 2018 eram dois deputados federais e passaram para sete em 2022. Já entre os eleitos vinculados ao Exército e à Polícia Federal (PF e PRF), houve uma redução pela metade, de sete para dois e de seis para três parlamentares, respectivamente. A faixa etária é a mesma dos eleitos em 2018, no intervalo entre 40 e 49 anos se encontra a maioria dos “novatos” da “Bancada da Bala”. Quanto à região de origem, houve um movimento de dispersão dos(as) eleitos(as), em que pese ainda se concentrarem no Sudeste, porém o Nordeste ampliou sua representação entre os eleitos que compõem a “Bancada dos Policiais”.

Focando nos 48 “novatos” identificamos uma subdivisão no interior deste grupo: aqueles que possuem uma trajetória política prévia à sua chegada na Câmara dos Deputados e outro conjunto que não possuía nenhuma experiência anterior no campo da política institucional. Com a finalidade de facilitar a análise, vamos denominar aqueles que possuem uma trajetória política prévia como “novatos-experientes” e os demais como “novatos-inexperientes”.

Os “novatos-experientes” totalizam 26²¹: 11 foram eleitos em 2018 e 15 na eleição seguinte. Este pequeno aumento entre um pleito e outro tem a ver com a reeleição obtida pelos deputados federais de 2018. São políticos que já possuem alguma bagagem eleitoral e partidária, tendo participado de diversas disputas eleitorais e até exercido mandatos anteriores. Mesmo que a maioria deles não tenha conseguido se eleger, quatro conquistaram mandato antes de chegarem à Câmara dos Deputados: Delegada Katarina (PSD/SE) foi vice-prefeita de Aracaju, Sargento Isidório (AVANTE/BA) e Capitão Wagner (PROS/CE) foram deputados estaduais e Abou Anni (PSL/SP) foi duas vezes vereador em São Paulo, eleito pelo PV (2004 e 2008).

O “pastor sargento” Isidório é um personagem emblemático e personifica a tendência militarizante e religiosa que atravessa a política brasileira na atualidade. Desde 1998 vem tentando ingressar no campo da representação política, já tendo disputado diversos pleitos: por três vezes concorreu à Prefeitura de Candeias, uma vez a deputado estadual e outra a deputado federal, todas tentativas mal-sucedidas. Iniciou no PMDB e, na sequência, passou por diversos partidos da esquerda à direita, PT, PSB, PSC, PROS, PDT, até se filiar ao AVANTE, legenda pela qual se elegeu deputado federal pela Bahia. Seu primeiro mandato só foi obtido em 2014, quando conquistou a vaga de deputado estadual pelo PSC. O “Sargento Isidório” é policial militar aposentado, atuava na PM do Estado da Bahia e se tornou conhecido em 2001 ao liderar uma greve por melhoria salarial para a categoria²². No início da década de 90 ingressou na Assembleia de Deus e, a partir daí, passou a se assumir como “ex-homossexual”, convertido pela crença religiosa.

20 18 registraram sua patente em seu nome. Além de delegado, havia coronel (4), sargento (2), cabo, capitão, general e tenente.

21 Deste grupo, três são mulheres, eleitas em 2022: Delegada Ione Barbosa (AVANTE/MG), Coronel Fernanda (PL/MT), Delegada Katarina (PSD/SE).

22 Esta greve foi considerada histórica, pois foi a maior mobilização grevista de PMs na Bahia.

Durante seu mandato na Assembleia Legislativa baiana se apresentava fardado e segurando a Bíblia. Entretanto, diferentemente da maioria dos membros da “Bancada da Bala”, discorda da lógica “bandido bom é bandido morto”²³, máxima repetida por Bolsonaro e seus aliados da “família policial” (Coelho, 2018). Por outro lado, se assume conservador nos costumes e apregoa a “preservação dos valores da família”, aproximando-se do bolsonarismo. Em 2022 foi reconduzido à Câmara dos Deputados.

Os “novatos-inexperientes” formam um grupo um pouco menor que a outra categorização e somam 22 parlamentares (15 eleitos em 2018 e sete em 2022). É neste grupo que se encontram as duas mulheres eleitas em 2018. São deputados(as) totalmente *outsiders*, ou seja, não possuem nenhuma vinculação prévia com a esfera da política institucional até a sua chegada à Câmara dos Deputados. Estão concentrados nos mesmos partidos de Bolsonaro (PSL e PL) e é forte a associação dos seus nomes à figura do “capitão” durante as respectivas campanhas eleitorais, com a finalidade de alavancá-las. São ilustres desconhecidos para a maioria do eleitorado, que acabam adquirindo visibilidade por estarem no palanque bolsonarista e expressam sintonia com a agenda conservadora e com os seus valores. Estar alinhado ao líder e ao seu discurso rende ganhos eleitorais, à medida que compensa a falta de capital político para disputar uma eleição. A “farda”, o pertencimento profissional, a instituição de origem e a defesa de uma pauta punitivista-moralizante são elementos convertidos em capital eleitoral e servem como trampolim para acessar o campo da representação política. Foi assim que candidatos(as) com vinculação às corporações da área da Segurança Pública agregaram popularidade às suas candidaturas filiando-se aos partidos que tinham em Bolsonaro a figura central.

A partir da análise aqui desenvolvida, podemos deduzir que o avanço do neoconservadorismo moldou as condições para o surgimento das candidaturas de homens e de mulheres profissionalmente vinculados aos órgãos da Segurança Pública e ideologicamente identificados com os partidos de direita, especialmente PSL e PL, mesmas legendas que abrigaram as candidaturas de Jair Bolsonaro à Presidência da República. A composição social do grupo de “novatos” da Bancada da Bala é muito semelhante: predomínio de homens, majoritariamente policiais (civis ou militares), que se encontram na mesma faixa etária (40-49 anos), sendo a maioria eleita pela região Sudeste. Mobilizam bandeiras a favor dos interesses da “família policial” e advogam maior rigor no combate à criminalidade, assim como defendem a valorização da família tradicional e os valores conservadores.

Boa parte deste grupo não possui uma trajetória política tradicional, caso dos “novatos-inexperientes”. Em contraponto, outros já haviam disputado eleições e, parte desses, exercido mandatos eletivos antes de chegarem à Câmara dos Deputados pela primeira vez. Por serem *outsiders* não possuem capital político suficiente para conquistarem um mandato e utilizam de outras estratégias eleitorais para compensar este déficit, por exemplo, associar suas candidaturas à figura de Bolsonaro e construir uma identidade política a partir de sua patente/cargo profissional.

23 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

4 NOTAS CONCLUSIVAS

Os resultados eleitorais na última década demonstram o crescimento da direita (em suas diversas vertentes) no cenário político brasileiro. A expansão desse campo ideológico é reflexo da disputa política que vem ocorrendo desde que o PT chegou à Presidência da República e se manteve no cargo por três eleições consecutivas. A forte reação aos governos petistas ganha musculatura com a “Operação Lava-Jato”, com a deposição da presidente Dilma e culmina com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018. A conjuntura da antipolítica gerada pela “Operação Lava-Jato” cooperou para que “justiceiros” e defensores de medidas mais punitivas à criminalidade vissem aí uma oportunidade para acessar o campo da representação política. Aproveitando-se dessas condições, bem como dos altos índices de criminalidade e de violência urbana, os candidatos e as candidatas vinculados profissionalmente à área da Segurança Pública entraram na disputa eleitoral e pleitearam mandatos eletivos.

A expressão “sensação de insegurança” tem se tornado o bordão mais ouvido e falado quando o assunto é segurança pública. Parece-nos que ela pode ser lida como a representação do medo instalado nas subjetividades e que as conduzem a desejarem medidas duras contra os perigos do cotidiano. Reverberando a violência naturalizada, demandam-se ações policiais fora dos padrões de dignidade humana e a criação de leis com ainda maior poder punitivo (Teles, 2018, p. 79).

A intensa circulação de discursos que fomentam sentimento de insegurança e advogam formas mais autoritárias de controle social ganha popularidade em períodos eleitorais. Sendo assim, policiais, bombeiros, delegados e membros das Forças Armadas lançaram candidaturas mobilizando seus cargos para obterem maior visibilidade e aceitação junto ao eleitorado. Dessa forma, constroem uma identidade política e convertem o capital profissional em capital político, uma vez que a experiência se torna um recurso facilmente instrumentalizado e produtivo para a agenda eleitoral (Novello; Alvarez, 2022). Muitos desses candidatos(as) têm ligação com o campo ideológico da direita, mas não só, e, de acordo com Berlatto, Codato e Bolognesi,

A percepção convencional sobre esse grupo é que seus integrantes são exclusivamente de direita, reúnem-se sob as siglas dos grandes partidos conservadores e representam correntes autoritárias de opinião da sociedade, que suas campanhas mobilizam temas como redução da maioridade penal, aumento dos efetivos policiais, aprofundamento da repressão violenta ao crime e liberação do porte de armas, além de uma agenda conservadora em questões comportamentais. De fato, um exame dos dados agregados mostra que 70% destes candidatos lançaram-se por partidos de direita, embora estivessem presentes em todos os partidos do espectro ideológico (Berlatto; Codato; Bolognesi; 2016, p. 82-83).

Muitas das candidaturas oriundas da área da Segurança Pública foram bem-sucedidas nas duas últimas eleições nacionais e conquistaram mandatos para a Câmara dos Deputados, indo compor a “Bancada da Bala”. A partir daí, nosso interesse em recortar um grupo específico para nossa análise: estreantes no cargo de deputado federal e vinculados aos partidos de direita. Com base nos dados levantados, nossa proposta foi analisar sua composição social e a trajetória política, buscando compreender os caminhos percorridos por eles.

Podemos sintetizar que os(as) deputados(as) federais da categoria “novatos” de direita/ultradireita, com origem profissional nas instituições de segurança pública, têm se consolidado como uma força política crescente, impulsionada por um discurso punitivo-moralizante que ressoa junto a uma parcela significativa do eleitorado brasileiro, de viés conservador. Muitos destes representantes não possuem experiência política anterior e utilizam de sua identidade profissional para conquistar visibilidade e apoio, explorando assim, a notoriedade advinda das suas corporações de origem. Por terem *déficit* de capital político e por estarem identificados com as mesmas pautas bolsonaristas, usam da estratégia de associar suas campanhas à figura de Bolsonaro. A partir da eleição destes deputados e deputadas, a “Bancada da Bala” se fortaleceu, especialmente entre policiais civis e militares, ampliando a representação parlamentar dos partidos da direita/ultradireita. Nesse sentido, a vitória dos novatos, especialmente dos “novatos-inexperientes”, demonstra como a instrumentalização política da farda e a defesa de pautas punitivas-moralizantes têm se tornado centrais na construção do capital eleitoral e na consolidação do neoconservadorismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Bolsonaro recebeu apoio de 15 dos 27 governadores eleitos. Brasília, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-recebeu-apoio-de-15-dos-27-governadores-eleitos>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BERLATTO, Fábia; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016, p. 79-122. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/THW9gqqKq5HFmrD59Y3LjjM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BIROLI, Flavia. **O rastro da onda:** derrocada dos direitos e moralismo compensatório. Blog Boitempo, 2017. Disponível em: <https://blogdabootempo.com.br/2017/10/20/o-rastro-da-onda-derrocada-dos-direitos-e-moralismo-compensatorio/>. Acesso em: 01 set. 2023.

BORGES, André. As duas faces da nova direita brasileira: antipolítica e reação conservadora. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 30. Brasília, 2024, p. 1-27.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 115-143.

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábia; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Revista Análise Social**, n. 229. Lisboa, 2018, p. 870-897.

COELHO, Tiago. A hora e a vez do Pastor-Sargento. Revista Piauí. Edição 05 mar. de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/hora-e-vez-do-pastor-sargento/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DUARTE, Kamilla Alves. Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil. Revista Serv. Soc. Soc. 146 (3). São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/JSQhmDk8n5Q4jbLmVqJnwDy/?lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2025.

FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas (org.) **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 145-162

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **INFORME DE ANÁLISE** Candidaturas de Profissionais da Segurança Pública - 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/informe-de-analise-candidaturas-de-profissionais-da-seguranca-publica-2022/. Acesso em: 29 jan. 2023.

GALLEGO, Esther Solano. Introdução. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.** 1^a ed. Boitempo, 2018. p. 08-13.

Instituto Sou da Paz. Conheça a nova ‘Bancada da Bala’: 57 deputados estaduais, 44 federais e 2 senadores eleitos vieram das forças de segurança, diz instituto. **Instituto sou da paz**, 2022. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/g1-conheca-a-nova-bancada-da-bala-57-deputados-estaduais-44-federais-e-2-senadores-eleitos-vieram-das-forcas-de-seguranca-diz-instituto/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Entrevista. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2018a. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/584059-estamos-vivendo-o-capitulo-b-brasileiro-da-falencia-global-da-democracia-liberal-entrevista-especial-com-luis-felipe-miguel>. Acesso em: 01 dez. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.** Esther Solano Gallego (org.). p. 14-26, 1^a ed. Boitempo, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **A desdemocratização e seu rastro.** Com Ciência, dossiê pandemia: política e economia, 2021. Disponível em: <https://www.comciencia.br/a-desdemocratizacao-e-seu-rastro/>. Acesso em: 01 dez. 2024

MIGUEL, Luis Felipe. Introdução. In: **Democracia na periferia capitalista.** A terra é redonda, 2022. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/economia-socialista-2/>. Acesso em 01 dez. 2024.

NOVELLO, Roberta Heleno; ALVAREZ, Marcos César. Da ‘bancada da segurança’ à ‘bancada da bala’: Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** – Rio de Janeiro – Vol. 15 – n. 1 – JAN-ABR 2022. p. 81-101. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/Hh4pF7SGX4sTptFWJq7RzpJ/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

PILAU, Lucas Batista; ENGELMANN, Fabiano. Punishing the Corrupt and Renewing Politics: The Candidacies of Federal Police Officers for the Brazilian Chamber of Deputies (2002-2018). **Braz. political sci.** rev.2024; 19(2):e0002. Epub Dec 02, 2024. Disponível em: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/ZSRZDA>. Acesso em: 01 fev. 2025.

QUADROS, Marcos Paulo; MADEIRA, Rafael. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol 24, n.3 , set-dez/2018, p. 486-522.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGOS, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1^a ed. Boitempo, 2018. p. 77-86.

VAGGIONE, Juan Marco. A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. In: BIROLI, Flavia. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 41-82.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Introdução: matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, Flavia. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13-40.

(Recebido para publicação em 28 de fevereiro de 2025)

(Reapresentado em 28 de março de 2025)

(Aprovado para publicação em 8 de abril de 2025)